

# O papel educativo dos Comitês de Ética em Pesquisa com seres humanos nos Institutos Federais: contribuições para a Formação Profissional e Tecnológica

*The educational role of human research Ethics Committees in Federal Institutes: contributions to Professional and Technological Education*

**Recebido:** 11/06/2020 | **Revisado:** 23/06/2020 | **Aceito:** 05/10/2020 | **Publicado:** 01/03/2021

**Maria Mercedes de Almeida Bendati**  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7432-3473>  
Secretaria Municipal de Saúde (SMS),  
Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
E-mail: ifrsmbendati@gmail.com

**Andréia Modrzejewski Zucolotto**  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4889-5945>  
Instituto Federal do Rio Grande do Sul -  
Campus Porto Alegre  
E-mail: andreia.zucolotto@poa.ifrs.edu.br

#### Como citar:

BENDATI, M. M. A.; ZUCOLOTTI, A. M.; O papel educativo dos Comitês de Ética em Pesquisa com seres humanos nos Institutos Federais: contribuições para a Formação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 20, p. 1-21, e10860, mar. 2021. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

#### Resumo

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) têm caráter educativo e atribuição de avaliar pesquisas com seres humanos. O objetivo deste estudo foi compreender o papel educativo dos CEPs dos Institutos Federais e a formação continuada em ética em pesquisa na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). É um estudo de caso, descritivo e de abordagem qualitativa. Foi aplicado um questionário aos membros de CEPs, que constituiu o *corpus* da análise textual discursiva (ATD). Os resultados do estudo mostraram: a motivação para atuar no CEP (categoria de “aprendentes” e “vinculantes”); a formação continuada de forma “individual” e “coletiva”; e os tipos de atividades educativas realizadas. Destaca-se a importância do papel educativo do CEP nos Institutos Federais.

**Palavras-chave:** Comitê de Ética em Pesquisa; Formação Continuada; Educação Profissional e Tecnológica.

#### Abstract

Research Ethics Committees (CEPs) have an educational role and are responsible for the evaluation of research projects with human beings. The aim of this study was to understand the CEPs educational role at Federal Institutes and the continuing education in this area in Professional and Technological Education (EPT). It is a case study, descriptive and with a qualitative approach. A questionnaire which constituted the *corpus* of textual discourse analysis (ATD) was applied to CEP members. The results of the study showed: the motivation to work at CEP (category of “learners” and “linkers”); continuing education takes place in the “individual” and “collective” form; and the types of educational activities carried out. The importance of CEP’s educational role in Federal Institutes is highlighted.

**Keywords:** Research Ethics Committees; Continuing Education; Professional and Technological Education.

## 1 INTRODUÇÃO

A estruturação de um sistema de avaliação ética das pesquisas com seres humanos no Brasil foi iniciada com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) n.º 196, de 10 de outubro de 1996 (BRASIL, 1996). A iniciativa seguiu a orientação de diversos documentos internacionais e que pautavam o respeito à dignidade humana e aos princípios bioéticos. O sistema foi criado para proteger os participantes de pesquisas, pessoas voluntárias incluídas em estudos, principalmente na área biomédica, conforme o contexto da época (FREITAS; HOSSNE, 2002; HARDY *et al.*, 2004).

Constituído por Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) e uma instância nacional - a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), vinculada ao CNS, o sistema realiza a apreciação ética de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos. Tem sua regulação composta por Resoluções do Conselho Nacional de Saúde, normas operacionais e cartas circulares. Desde a sua concepção, em 1996, uma das atribuições dos Comitês é “desempenhar papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência” (BRASIL, 1996). Essa mesma orientação se manteve também na Resolução CNS n.º 466 de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2013a), que substituiu a de 1996, e na Norma Operacional CNS n.º 001 de 30 de setembro de 2013 (BRASIL, 2013b).

Nas instituições acadêmicas, o papel educativo dos CEPs tem grande relevância, uma vez que se insere no contexto da formação profissional dos discentes envolvidos e, de forma pedagógica e consultiva, como apoio aos demais docentes e pesquisadores. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que instituiu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal - RFEPCT) vinculada ao Ministério da Educação. Como parte dessa Rede, os IFs estão presentes nos 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal. Em 2017 se registravam 38 IFs distribuídos em 644 unidades, atendendo a centenas de municípios no país (FREITAS *et al.*, 2017).

Com a constituição da Rede Federal, houve o incremento dos cursos de graduação e pós-graduação nesses institutos, o que intensificou o fomento às atividades acadêmicas relacionadas à pesquisa. Nesse sentido, o acompanhamento ético das pesquisas com seres humanos também se constituiu em uma demanda, conduzindo à criação de CEPs em muitas dessas instituições. No entanto, conforme dados levantados em 2018, dos 38 IFs analisados, apenas 20 dispunham de Comitês de Ética em Pesquisa vinculados a suas unidades (BENDATI; ZUCOLOTTO, 2018).

Para a organização e o funcionamento de um CEP em um espaço de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), se requerem algumas considerações, especialmente quanto ao envolvimento de profissionais de base tecnológica. Araújo (2008, p. 61) destaca que “muitos professores da EPT não se reconhecem como docentes, mas como técnicos (engenheiros, biólogos, químicos etc.)”. Nessa condição, os servidores (docentes e técnicos) da EPT que atuam nos CEPs dos IFs, também realizam uma transição quando passam a atuar no Comitê, pois, como membros relatores, precisam conhecer as Resoluções e normas associadas, ter experiência em pesquisa e se apropriar do funcionamento do sistema de apreciação ética.

Tais questões ressaltam a importância de uma perspectiva interdisciplinar no contexto da EPT, como enfatizado por Freitas *et al.* (2017) e que são consistentes com as questões da ética em pesquisa trazidas pelo Sistema CEP/Conep. O ambiente colegiado de um CEP deve se constituir em um espaço de construção de conhecimentos e de apropriação de saberes para o grupo, além de permitir o diálogo entre pessoas com diferentes e nem sempre convergentes, concepções éticas (JÁCOME; ARAUJO, 2018).

Para atuar em um CEP, a formação continuada em ética em pesquisa com seres humanos deve ser uma vertente importante para o Comitê (FREITAS; HOSSNE, 2002). Essa questão também se aplica aos momentos de renovação periódica dos membros, quando os novos integrantes requerem iniciativas de formação continuada.

Do ponto de vista do papel educativo do CEP na instituição, a relevância da inserção da ética em pesquisa nas instituições acadêmicas está plenamente adequada à proposta das bases conceituais da EPT, pelo compromisso com a formação integral do ser humano. Nas palavras de Nosella (2008, p. 264) “não se pode pesquisar sem saber para que se faz isso”, ressaltando que é através do diálogo ético entre a consciência e a liberdade que o processo dialético da pesquisa se desenvolve.

Para nossa reflexão, adotaremos o referencial trazido por Rios (2006), quando distingue os conceitos de ética e moral. Para a autora, “ética” tem sua origem no termo grego *ethos*, significando costume, jeito de ser, caráter; “moral” vem do latim *mores*, que também tem significado de costume, hábito. Dessa forma, em ambas as definições se identificam a dimensão social e cultural dos termos. O que vai diferenciá-los, porém, é que socialmente alguns costumes terão valores diferentes, e é assim que “moral” foi o termo associado àqueles costumes considerados bons, adequados ou aceitos em determinada sociedade, constituindo normas e regras de comportamento. O questionamento sobre os valores morais constitui o espaço da ética. Para Rios (2006, p. 81) “a ética pode, então, ser definida como uma atitude crítica diante da moralidade, uma investigação sobre a consistência e o significado dos valores morais”.

Com esse entendimento, voltamos o foco para o sistema CEP/Conep, o qual, dentre suas diversas atribuições, está a de analisar projetos de pesquisa, das diversas áreas de conhecimento, de maneira crítica e imparcial, considerando os conceitos e teorias apresentados, a metodologia, os valores e crenças relacionados (SCHRAMM, 2004). Nessa perspectiva, o centro de nossa discussão será sobre o papel educativo que os CEPs desempenham ou devem desempenhar na ética em pesquisa com seres humanos. Será investigado de que forma os CEPs atuam para a formação continuada dos seus próprios integrantes e para desenvolver as questões éticas da pesquisa na comunidade acadêmica institucional.

O objetivo deste estudo foi compreender o papel educativo dos CEPs dos Institutos Federais (IF) e a formação continuada em ética em pesquisa na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Emergiu desta investigação também a questão de quais motivos que levaram os membros a participarem do CEP.

## 2 A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS MEMBROS DE CEP NOS IF

Na Educação Profissional e Tecnológica utilizamos as bases conceituais trazidas por Saviani (2007), Ciavatta (2005) e Moura (2016), no sentido em que defendem uma escola unitária, politécnica e que busca a formação omnilateral do ser humano. A ética em pesquisa com seres humanos pode contribuir, enquanto espaço de reflexão, para a formação dos docentes e discentes nos IFs, numa perspectiva de cidadania e respeito à dignidade humana.

Para discutir o processo de formação continuada dos membros de CEPs dos IFs em ética em pesquisa com seres humanos, utilizaram-se os conceitos de saberes profissionais trazidos por Tardif (2000) e Ramos (2014), e para a formação continuada, as contribuições de Leffa (2001) e Castro e Amorin (2015).

Os membros de um CEP recorrem aos seus conhecimentos específicos para a realização de suas atividades de apreciação ética de projetos. Para Tardif (2000) esses são os seus saberes profissionais, que apresentam uma característica temporal, no sentido em que se desenvolvem no processo de vida profissional do docente e abrangem as dimensões identitárias e de socialização com os pares, ao longo do tempo. Assim, a experiência anterior, tanto pessoal quanto da formação acadêmica, contribuem para a constituição do saber profissional do docente, junto à sua interação no espaço escolar e no convívio com outros professores.

Nesse contexto, as situações que envolvem o trabalho, e de forma consequente, os saberes profissionais (como a atuação no Comitê de Ética em Pesquisa), tornam-se um processo de transformação prática do conhecimento científico, onde critérios de coerência e eficácia se relacionam e são mediados pela experiência e pela reflexividade profissional, na busca de resultados concretos.

Como destaca Ramos (2014, p. 109), “o saber profissional é, essencialmente, o conhecimento em uso pelos sujeitos em interação, guiados por alguma motivação.” Na sua atuação no CEP o processo coletivo pode envolver, portanto, esses conhecimentos, mobilizando e motivando os integrantes. O saber profissional, para ambos os autores, constrói-se a partir do conhecimento científico, mas também da experiência prática durante as vivências em interação social (RAMOS, 2014; TARDIF, 2000).

A Resolução n.º 2/2015 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2015), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura), estabelece no Art. 16 uma definição para formação continuada:

A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente.

Outros termos são adotados, como educação permanente, educação continuada e educação em serviço. Tais enfoques destacam a continuidade das ações educativas, embora com princípios metodológicos diferenciados (CARDOSO; FERREIRA, 2014). A formação continuada envolve a reflexão sobre a ação profissional com o embasamento teórico subjacente à sua atividade (LEFFA, 2001).

Nossa compreensão de formação continuada aqui adotada se contrapõe ao que de forma convencional se denomina treinamento, capacitação e reciclagem, enquanto estratégias que apenas reforçariam a ideia de adestramento profissional, para o momento e sem a possibilidade de reflexão (CARDOSO; FERREIRA, 2014). Em especial por trás desse debate, há um conflito entre as concepções de uma educação como bem social ou de uma educação como serviço (CASTRO; AMORIM, 2015).

Neste estudo, assume-se o termo e a definição de formação continuada como aquela que abrange as diversas possibilidades de aquisição de conhecimentos e valores, que considere o profissional de forma plena, com protagonismo e envolva a reflexão sobre sua prática e saberes.

Em uma instituição federal de ensino, um servidor, seja docente ou técnico, que em algum momento da sua carreira participe das atividades de um CEP, pode enfrentar um desafio a se aprofundar nessa área, no qual a sua formação acadêmica inicial tenha sido incompleta ou mesmo inexistente. A ética em pesquisa pode se constituir, portanto, em um fator que demande desse profissional uma qualificação específica. Como destacado por Zucolotto (2010), é necessário que as instituições de ensino em que atuam ofereçam suporte para garantir as mínimas condições de qualificação, pois essa formação continuada não pode ser assumida como uma responsabilidade exclusivamente pessoal do profissional.

Por sua vez, a referência ao papel educativo do sistema CEP/Conep encontra-se definida claramente no item VII.2 da Resolução CNS n.º 466 de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2013a):

Os CEP são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

É com base nessas considerações que entendemos o CEP como um “espaço de formação continuada”, que pode contribuir para o conhecimento de questões éticas relacionadas à pesquisa (mas não apenas a ela) e que se processa em diferentes dimensões da vida acadêmica, profissional e pessoal para cada um dos seus integrantes.

Por ser a ética em pesquisa um tema não familiar a todos os profissionais da EPT, recorreremos às ideias de Morin (1973), quando aborda criticamente a questão do paradigma binário cartesiano e da separação arbitrária entre ciência e arte, assim como entre as diversas áreas do conhecimento. Como destaca esse autor, há que superar essa divisão, através do pensamento complexo (que não é um pensamento

de síntese), mas sim uma ação dialógica, que entrelaça o que está aparentemente separado. Nessa reflexão, Morin (1973, p. 208) instiga:

Trata-se, portanto, não só de fazer nascer a ciência do homem, mas também de fazer nascer uma nova concepção de ciência, que conteste e que perturbe, não só as fronteiras estabelecidas, mas também as pedras angulares dos paradigmas, e, em certa medida, a própria instituição científica.

Para o autor, a superação da visão fragmentada de mundo passa pela transdisciplinaridade. Esta não representa apenas a atuação de forma integrada nas diversas disciplinas, mas o desenvolvimento de um modo de pensar organizador e que atravesse os limites dessas disciplinas e dê uma espécie de unidade. Essa superação das especializações estanques, que distanciam as várias áreas da pesquisa, permitirá a conexão essencial entre campos aparentemente destinados ao isolamento (SILVA, 2007).

Nesse enfoque, um espaço de CEP traz, já na sua composição, a possibilidade de avançar na interdisciplinaridade, pois é exigência que a composição dos membros atenda às várias formações profissionais (BRASIL, 2013a). Para reaprender a integrar os conhecimentos, é importante conhecer e interagir com essas outras disciplinas, e a oportunidade que isso ocorra no espaço dos CEPs não deve ser desperdiçada.

Em uma abordagem que valoriza e respeita o ser humano, a oportunidade de convívio e de realizar trocas e aprendizados é relevante. Como um espaço que integra pessoas de diferentes formações profissionais, o CEP proporciona um abrigo emocional para discussão, como destaca Maturana (1998, p. 73):

A ética não tem um fundamento racional, mas sim emocional. Daí que a argumentação racional não serve, e é exatamente por isto que é preciso criar sistemas legais que definam as relações entre sistemas humanos diferentes fundados na configuração de um pensar social capaz de abarcar todos os seres humanos.

Embora embates e polêmicas permeiem as discussões éticas, o CEP, enquanto espaço vinculado a uma instituição, pode se constituir em espaço criador protegido, onde se integrem o pensamento de diferentes áreas do conhecimento e se construam novas articulações conceituais.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é um estudo de caso, de caráter exploratório, de abordagem qualitativa. O estudo de caso é, para Yin (2001, p.32), “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Nesta estratégia de pesquisa, os membros de CEPs de Institutos Federais

constituem o caso a ser estudado, considerando a sua inserção e exercício atual nos Comitês.

O estudo tem caráter exploratório, tendo em vista que busca conhecer como os CEPs desempenham seu papel educativo. De acordo com Gil (2008, p. 27) as pesquisas exploratórias “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato”.

A abordagem é de natureza qualitativa, pois se preocupa com o aprofundamento da compreensão sobre um processo, no caso, as ações educativas e de formação continuada desenvolvidas pelo CEP, com ênfase nos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, como destacado por Minayo (2001, p. 21-22).

Para conhecer os processos relacionados à motivação e formação continuada dos membros, foi elaborado um questionário semi-estruturado, dirigido aos integrantes de CEPs. Através das páginas institucionais na *internet*, em documentos oficiais dos Institutos Federais, ou de mecanismo de busca na rede, foram obtidos 179 *e-mails* de membros de CEP dos IFs. Foi enviada correspondência eletrônica na qual se informava a motivação da pesquisa, a obtenção do parecer de aprovação do CEP IFRS e o termo de consentimento livre e esclarecido como arquivo apensado. Após a leitura, caso tivesse interesse em participar da pesquisa, o convidado poderia acessar o questionário através de um *link* específico. O questionário foi elaborado com a ferramenta do *GoogleForms*, com questões relacionadas à formação continuada, dados demográficos e perfil profissional.

Foram também realizadas três oficinas presenciais, com duração aproximada de duas horas cada, com membros de CEP de IFs do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (escolhidos por conveniência) e que concordaram em participar respondendo ao questionário. O período de coleta foi de dezembro de 2018 a abril de 2019. A etapa final da pesquisa consistiu no envio aos participantes e aos CEPs do Produto Educacional elaborado, disponível no repositório EDUCapes (BENDATI; ZUCOLOTTI, 2019).

As informações obtidas foram mantidas em sigilo, confidenciais e sem a identificação dos participantes. Para a análise dos questionários, respostas nominais ou numéricas foram analisadas de forma quantitativa e descritiva e para a análise das respostas dissertativas, foi utilizada a metodologia de Análise Textual Discursiva (ATD) descrita por Moraes (2009) e Moraes e Galliazi (2006). Esta pesquisa foi apreciada e aprovada pelo CEP do IFRS, sob número de CAAE 83419318.0.0000.8024.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio do contato com 179 membros de CEP, por *e-mail*, obteve-se o retorno de 30 participantes, que consentiram em participar da pesquisa, respondendo às questões do questionário disponibilizado na *internet*. Os respondentes abrangeram as cinco regiões brasileiras, representando 12 Estados de origem. Em relação aos três encontros presenciais, foram incluídos 25 participantes de CEPs de IFs do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O conjunto total de participantes da pesquisa foi,

portanto, de 55 pessoas, incluindo quatro representantes de usuários. Durante os encontros presenciais dois secretários também manifestaram interesse em participar, e embora não sendo membros relatores, consideramos que sua inclusão na pesquisa era relevante, tendo em vista sua importância na estruturação e funcionamento no sistema CEP/Conep.

#### 4.1 MEMBROS DE CEP DOS INSTITUTOS FEDERAIS: CARACTERÍSTICAS E MOTIVAÇÕES

A Tabela 1 apresenta os resultados das características demográficas e profissionais dos membros de CEP dos Institutos Federais participantes do estudo.

**Tabela 1:** Caracterização demográfica e profissional dos 55 membros de CEP de Institutos Federais participantes da pesquisa em 2019.

Dados demográficos	Categorias	N	%
Sexo	Feminino	23	42
	Masculino	32	58
Idade	20 a 30 anos	3	5
	31 a 40 anos	28	51
	41 a 50 anos	11	20
	51 a 60 anos	8	15
	61 ou mais	5	9
Tempo de atuação no IF	2 a 5 anos	7	14
	6 a 10 anos	17	33
	11 a 15 anos	8	16
	16 a 20 anos	8	16
	Mais de 20 anos	11	22
Tempo de atuação como membro de CEP	Não responderam	4	7
	Menos de um ano	11	20
	1 a 3 anos	30	55
	4 a 6 anos	8	15
	7 a 9 anos	4	7
Formação profissional (Graduação)	10 ou mais anos	2	4
	Ciências da Terra	9	16
	Ciências Biológicas	3	5
	Engenharias	3	5
	Ciências da Saúde	14	25
	Ciências Agrárias	5	9
	Ciências Sociais Aplicadas	8	15
	Ciências Humanas	10	18
Linguística, Letras e Artes	2	4	
Multidisciplinar	1	2	

Fonte: Elaboração das autoras.

Dos 55 participantes que responderam ao questionário, 58% eram do sexo masculino. Em relação à idade, houve o predomínio dos membros na faixa etária de

31 a 40 anos, representando 51% dos respondentes. Quanto ao tempo de vínculo profissional com a instituição, 33% dos participantes que responderam à pesquisa estão atuando nos IFs entre seis e dez anos e 22% têm mais de 20 anos na instituição. Não foram registrados membros de CEP com menos de dois anos de instituição nesta avaliação.

Em relação ao tempo em que integra o CEP, mais da metade dos participantes (55%) está no seu primeiro mandato (entre um e três anos). A seguir, representando 20% dos casos, estão aqueles membros que estão recém iniciando no sistema CEP/Conep, com menos de um ano de experiência. Já os membros mais experientes, com mais de quatro anos de CEP, representam 25% dos casos. Em estudo realizado com CEPs de Santa Catarina (OLIVEIRA; BONAMIGO; SCHLEMPER JUNIOR, 2013), os autores identificaram 39% de membros na faixa de um a três anos no CEP e 24% com menos de um ano, condição semelhante à observada com os dados dos IFs.

Quanto à formação profissional, os membros de CEP dos Institutos Federais possuem uma abrangência que inclui as nove grandes áreas de conhecimento, conforme classificação da CAPES. Verifica-se que, em termos das áreas de Graduação, as Ciências da Saúde mostraram representação de 25%, seguidas das Ciências Humanas (18%), Ciências da Terra (16%) e Ciências Sociais Aplicadas (15%). A seguir, com menos de 10% de contribuição, estão as áreas de Ciências Agrárias (9%), Ciências Biológicas (6%), Engenharias (5%), Lingüística, Letras e Artes (4%) e Multidisciplinar (2%). Essa distribuição é semelhante à obtida em estudo sobre CEPs no Brasil, onde 25% dos membros eram da área de Ciências Biológicas e da Saúde, 22% da área de Ciências Humanas, 20% das Ciências Sociais e 18% das Ciências Exatas (JÁCOME; ARAÚJO; GARRAFA, 2017).

Em relação ao questionamento sobre qual a motivação para o docente ou servidor técnico-administrativo participar de um CEP, a Análise Textual Discursiva (ATD) permitiu estabelecer duas categorias que descrevem as narrativas dos participantes: a dos “aprendentes”, aqueles que se mostram comprometidos com sua formação continuada e profissional e os “vinculantes”, aqueles que estão no CEP pela relação com a comunidade acadêmica e institucional, bem como pela preocupação com os participantes de pesquisa. Neste texto, os excertos das respostas serão citados em sublinhado, com uma numeração sequencial aleatória, única para cada participante da pesquisa, para distinguir das citações de referenciais teóricos do texto.

A categoria dos aprendentes desvela a motivação relacionada ao interesse em aprofundar seus próprios conhecimentos sobre a ética em pesquisa e sobre a atuação do CEP, seja por interesse particular, da sua carreira profissional ou por intenção de se inserir em outras instâncias da instituição. Verifica-se, nesse sentido, um desejo pessoal de ampliar a compreensão sobre as questões éticas das pesquisas com seres humanos, decorrente de um interesse pela área e pelas normativas que a fundamentam, assim como em colaborar com a execução de pesquisas eticamente adequadas, como relata o participante: “interesse em aprender sobre as normativas que preconizam os aspectos éticos de atividades de pesquisa, ensino e extensão” (P07). Nesta categoria está presente a motivação relacionada à formação em ética (em pós-graduação na área), aqueles que já possuíam experiência prévia em outro CEP e ainda aqueles que experimentaram dificuldades de compreensão do CEP com pesquisas da área de Ciências Humanas e Sociais, como explicitado neste trecho: “a

dificuldade de o CEP, pelo qual tramitei meu protocolo de pesquisa, entender as especificidades da metodologia indicada me levou a esse interesse” (P23).

Na categoria de aprendentes também se destacou como motivação o tipo de organização das reuniões do Comitê, que se caracterizam por serem “objetivas e produtivas” (P49) e o interesse em compor um comitê “que se preza pela ética” (P48) além da possibilidade de se manterem atualizados sobre as pesquisas realizadas na instituição.

Pode-se perceber que aqueles que se colocam na condição de aprendentes estão abertos à continuidade de sua formação e mobilizados para ampliar sua atuação profissional na instituição. Nesse entendimento, a atividade realizada no CEP mobiliza e constrói saberes, na medida em que sua prática e seus saberes co-evoluem de forma integrada (TARDIF, 2000).

Na categoria dos vinculantes, os relatos enfatizam o foco da sua motivação na possibilidade de estabelecer vínculos e compartilhar conhecimentos da área para a comunidade acadêmica e no relacionamento com pesquisadores e discentes. Nesta categoria, a motivação está relacionada à vontade de colaborar com outros docentes da instituição, em auxiliar pesquisadores e em orientar sobre o sistema de avaliação ética em pesquisa com seres humanos e explicitar o papel educativo do CEP. Foi enfatizada a preocupação com os riscos e benefícios da pesquisa para os participantes e a intenção de “auxiliar os pesquisadores a compreenderem os procedimentos de análise ética e os cuidados com os participantes de pesquisa” (P01), garantindo assim os seus devidos direitos e do próprio pesquisador.

As motivações dos vinculantes relacionam a sua participação como uma forma de contribuir em comissões, no desenvolvimento e na qualificação dos projetos de pesquisa desenvolvidos na instituição, pela incorporação dos preceitos éticos nas pesquisas. Nesta categoria emergiu a manifestação de membros que são representantes de usuários e justificam a sua presença no CEP para “representar o controle social na construção das pesquisas” (P32). Essa representação, no entanto, é também permeada pelo interesse pessoal, o que explica muitas situações em que o perfil do representante de usuário é que garante a sua permanência e atuação no CEP, como relata este participante: “apesar de ser indicação do Conselho Municipal de Saúde, minha participação é para meu crescimento pessoal como ser humano de ampla visão” (P45).

Os vinculantes referem sua identificação com a instituição e a postura de comprometimento com os seus diferentes papéis no IF, tal como indicado no trecho em que cita a participação no CEP como sendo para “contribuir com minha Instituição de ensino”(P01). No caso dos servidores que atuam na Secretaria do CEP, sua inserção foi por convite ou indicação para atuarem no Comitê, por um superior hierárquico.

Esses relatos enfatizam a importância da integração do CEP na estrutura da instituição de ensino, de forma a efetivamente construir relações com as demais instâncias acadêmicas. Nas instituições de EPT, a existência de conselhos e comissões, entre outros colegiados, contribui “para tornar a gestão de seus espaços mais participativa e democrática” (CASTAMAN; VIEIRA, 2018, p.39), além de envolver os diversos segmentos da comunidade.

Nesse contexto, a participação no CEP se constitui em um conjunto muitas vezes complementar de motivos, que levam o candidato a ser membro do Comitê: do seu interesse em aprender sobre o tema ao seu comprometimento com as instâncias da instituição, com a qualificação dos projetos de pesquisa e sua inserção regional, além das suas experiências profissionais e pessoais com o sistema CEP/Conep. Esse resultado se assemelha ao obtido no estudo realizado em 25 CEPs de Santa Catarina, onde 78,1% dos membros indicaram como motivação para participar do CEP, a colaboração com a pesquisa na instituição e 56,3% indicaram a defesa dos participantes da pesquisa (OLIVEIRA; BONAMIGO; SCHLEMPER JUNIOR, 2013).

#### 4.2 PROCESSO DE FORMAÇÃO DO INTEGRANTE DE CEP

Para compreender o processo de formação de membros de CEP, inicialmente perguntamos aos participantes como classificavam o seu conhecimento sobre o Sistema CEP/Conep. Numa escala em que 1 representava “nenhum conhecimento” e 5 como “grande conhecimento”, verificou-se que a maioria dos membros, ao iniciar sua atuação no sistema, possuía pouco (40%) ou nenhum (37%) conhecimento sobre o assunto. Ao serem questionados quanto ao seu conhecimento atual sobre o tema, as respostas indicaram que 50% deles consideraram ter um bom conhecimento sobre a área, e mesmo 20% reconhecendo-se com grande conhecimento.

Esse resultado explicita o quanto o integrante novato ao CEP não conhece efetivamente o sistema e seu funcionamento, requerendo um processo de formação continuada para incorporar as atividades exigidas pelo Comitê e gradualmente ampliar os seus conhecimentos sobre a ética em pesquisa com seres humanos. Como muitos membros permanecem apenas pelo período de um mandato de três anos, a saída e renovação dos integrantes afeta a experiência e maturidade do CEP e de seus membros na avaliação das pesquisas (JÁCOME; ARAÚJO; GARRAFA, 2017).

Um dos objetivos deste estudo foi o de entender como ocorre o processo de formação continuada de membros de CEP. Como observado, a percepção do novo integrante quanto ao funcionamento do sistema CEP/Conep e sobre as Resoluções que regem a apreciação ética, demonstram um conhecimento incipiente sobre o tema. Para superar as lacunas, entender o procedimento de apreciação ética e a operacionalização do trabalho realizado no CEP, os participantes da pesquisa destacaram alguns processos que ocorrem ou ocorreram na sua formação. Analisando as respostas apresentadas, com a aplicação da ATD, emergiram duas categorias, que denominamos como “processo individual” e “processo coletivo”. A categoria denominada processo individual refere-se ao movimento de formação continuada que tem sua origem no indivíduo e decorre da sua ação pessoal. Seja pela leitura dos documentos, seja pelas questões da sua formação profissional ou experiência prévia, nesta categoria foram reunidas as respostas em que o processo é desencadeado pelo próprio indivíduo.

Para muitos participantes que enfatizaram essa formação individualizada, a leitura dos documentos - as Resoluções, manuais ou normas do sistema CEP/Conep - são a base da sua preparação para as atividades do CEP. Como destacado por um integrante, esse preparo contribui, em especial, para a relatoria dos projetos: “a partir da leitura das resoluções e documentos da Conep e de pareceres emitidos pelo CEP

para pesquisas, por membros do CEP, fui aperfeiçoando a capacidade de emissão de pareceres” (P16). Esta condição é semelhante à relatada em estudo com membros de CEP, onde a capacitação inicial foi com a leitura da regulamentação (62%) e leitura de orientações da Conep (53%) (JÁCOME; ARAÚJO, 2018).

A experiência anterior do participante, em atividades científicas, também facilitou a elaboração de pareceres, tal como relatado por um participante ao afirmar que a sua preparação foi “sem grandes dificuldades, pois sempre estive participando com parecerista ou relator em atividades ad hoc para revistas científicas e projetos acadêmicos” (P21). Nesses casos, a experiência em outras atividades de pesquisa ou mesmo em outras instâncias acadêmicas favoreceu a rápida transição do novo integrante ao tipo de parecer exigido na análise ética.

Deve-se destacar que a elaboração do parecer requer, além do aspecto da avaliação ética, a adequação ao sistema disponibilizado na *internet* denominado Plataforma Brasil (PB). A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros das pesquisas com seres humanos para todo o sistema CEP/Conep, implementada em janeiro de 2012 e a sua utilização requer também um preparo por parte do relator, como o trecho evidencia:

Inicialmente li os manuais da Plataforma e as resoluções, em seguida li os arquivos do protocolo, deixei em destaque nos arquivos os pontos problemáticos, fiz um resumo para me orientar e elaborei o parecer. Ao final, comparei-o com o modelo que me foi apresentado para verificar se havia confundido algum campo ou padrão de apresentação das pendências. Ao longo das avaliações, identifiquei o meu modo próprio de elaborar pareceres e a clareza da linguagem necessária para ser mais facilmente compreendida pelos pesquisadores (P18).

O destaque desse relato é o detalhamento com que é descrito o processo pelo qual o participante desenvolveu a sua capacidade para a avaliação ética do projeto de pesquisa, utilizando o apoio do modelo disponibilizado pelo CEP e a atenção com a linguagem adequada à compreensão do pesquisador, como alguém que não necessariamente está familiarizado com a terminologia utilizada no sistema CEP/Conep.

De maneira geral, os participantes relataram que, no seu processo de formação individual para elaborar pareceres, houve a utilização de modelos, listas de checagem ou mesmo pareceres reais. Também foi citada a utilização de textos padronizados do CEP, disponíveis na Plataforma Brasil para elaboração dos pareceres, na orientação aos novos membros.

A categoria intitulada processo coletivo incorpora as situações relatadas em que o processo de formação envolve a interação com outras pessoas e grupos, tanto internos ao CEP e à instituição, quanto no convívio com outros CEP ou com palestrantes em cursos e atividades externas.

O procedimento de formação no próprio espaço das reuniões e atividades do CEP é frequentemente citado pelos participantes. Os primeiros esclarecimentos sobre o funcionamento e os procedimentos de análise ética foram obtidos através de contato com Coordenador, secretário e membros mais antigos, como encontrado também em

outro estudo (JÁCOME; ARAÚJO, 2018). Durante as reuniões do CEP foram realizadas orientações para leitura de textos, normas e manuais que foram repassados aos novos membros, assim como orientações sobre o funcionamento da PB.

Esse processo ocorreu de forma gradual, na rotina de trabalho do CEP, oportunizando o debate e a formação dos membros, com a observação das avaliações dos demais integrantes nas reuniões colegiadas, na leitura de documentos, análise e discussão de projetos, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de sugestões. Nesses momentos ocorreu a orientação para realizar a análise ética e para elaborar o parecer, como destacado no trecho “o processo formativo aconteceu em uma reunião do CEP em que foram pontuados os documentos obrigatórios para leitura e compreensão das atividades do CEP” (P07).

Foi referida a formação com o apoio dos colegas mais experientes, através de avaliações coletivas ou elucidando dúvidas e questionamentos durante as reuniões. Nos relatos, observa-se a importância desse espaço para o contato com membros mais antigos e esclarecimentos com a coordenação e secretário, considerando que é um período de tempo já planejado e disponível para o encontro dos membros. Também é onde observaram a relatoria de integrantes experientes, acompanharam as discussões do colegiado e com isso, foram se aperfeiçoando para elaboração de parecer do CEP: “inicialmente inseguro, mas nas discussões do Colegiado as dúvidas vão sendo dirimidas; a cada novo processo que realizamos avaliação e com as discussões no grupo vamos adquirindo segurança” (P26).

Ainda são citados casos em que o processo de formação se dá através de treinamento externo à instituição, por outros CEPs, por eventos regionais ou de caráter nacional, como os promovidos pela Conep. No caso de CEPs criados recentemente, observa-se que a formação ocorreu em um processo externo, usualmente com o apoio de Comitês da mesma cidade ou de locais próximos. Em algumas situações, também houve a participação de pesquisadores de áreas específicas atuando na formação dos membros de CEP, como relatado: “chamamos pesquisadores para trabalhar temáticas mais específicas, como a pesquisa na área das ciências humanas e sociais, por exemplo” (P16).

No processo de formação do membro de CEP, um dos momentos importantes se refere à etapa em que ocorre a primeira apreciação ética de um projeto de pesquisa e a elaboração do parecer como relator. Quando questionados sobre a duração do período preparatório para esse momento, a maioria dos participantes (73%) considerou que em até três meses estavam em condições de avaliar um projeto e elaborar o parecer como relator. Aqueles que informaram um tempo maior indicaram até seis meses (13%) ou mesmo até um ano (3%). As demais opções apresentadas, com um período mais extenso até mais de um ano e meio, não foram marcadas por nenhum participante.

No entanto, um grupo de respondentes marcou que este item não se aplicava ao seu caso. Tal situação pode ser atribuída aos Secretários de CEP (que não elaboram parecer). Porém, para alguns membros que se identificaram como representantes de usuários, essa resposta indica que sua participação no CEP não inclui a atividade, como explicitado no trecho “Não se aplica. Sou representante de usuário. Não faço parecer” (P51). Embora não tenha ficado claro o motivo, é um fato recorrente em muitos CEPs que os representantes de usuários encontram

dificuldades para elaboração dos pareceres e assim exercer essa atividade durante seu mandato como membro do CEP. A atuação dos representantes de usuários, com a delegação do controle social, garante ao sistema CEP/Conep a representação democrática da coletividade, o que justifica a necessidade de se buscar também a formação continuada desses membros (JÁCOME; ARAÚJO; GARRAFA, 2017).

No caso de introdução de novas Resoluções ou outras orientações trazidas pelo sistema CEP/Conep, o relato trazido pelos participantes descreve alguns processos utilizados pelo CEP. Os novos documentos são usualmente repassados aos membros, através da sua secretaria ou de seu coordenador, pelo *e-mail* ou disponibilizados em uma pasta compartilhada. Essa pasta pode conter outros documentos, como literatura especializada sobre diferentes metodologias de pesquisa, documentos, Resoluções do CNS, manuais da Plataforma Brasil, textos de discussão sobre riscos de pesquisa e os próprios documentos internos do CEP, como o seu regimento. Como apresentado em um trecho, há leitura prévia e depois discussão: “O documento é colocado no Drive compartilhado. É solicitada a leitura e discutimos o documento nas reuniões” (P08).

Esses relatos enfatizam as formas de organização dos Comitês, que se estruturam para compartilhar os documentos importantes e facilitar o acesso dos seus membros a eles. A oportunidade de discutir novos documentos normativos se dá usualmente no espaço das reuniões ordinárias ou extraordinárias do CEP, quando o tema é incluído na pauta e há tempo disponível. A discussão ocorre com a exposição dos documentos, seus principais pontos/aspectos e participação de todos. Quando algum membro retorna de treinamento da Conep, faz o relato das aprendizagens ao grupo.

Pode-se verificar que tanto o processo individual quanto o coletivo são importantes para a formação do novo integrante do CEP, contribuindo para a sua constituição como membro relator. No caso de novas normas ou documentos éticos, os mesmos processos podem ser adotados pelo CEP, orientando para a discussão coletiva como uma etapa posterior durante a reunião do Comitê.

#### 4.3 O PAPEL EDUCATIVO DOS CEP

O caráter educativo dos Comitês de Ética em Pesquisa é o de desempenhar papel consultivo e educativo em questões de ética. Neste estudo, tratamos essa questão de forma ampla, a fim de coletar as diferentes abordagens educativas trazidas pelo participante da pesquisa enquanto membro de CEP. Na análise dos relatos utilizando a ATD identificaram-se duas categorias relevantes: “atividade educativa voltada para o público externo” ao CEP e “atividade educativa dirigida ao membro” do CEP.

Na atividade educativa dirigida ao público externo do CEP foi identificada na pesquisa a participação em eventos como: dia do pesquisador no *campus*, semana acadêmica, simpósio de ensino, pesquisa e extensão, palestras presenciais e via *internet* para alunos e pesquisadores, nos diversos *campi*. Também foram citadas oficinas para possíveis usuários na instituição, palestras e treinamento para submissão de projetos na Plataforma Brasil. Nesses casos, o membro do CEP foi atuante na divulgação das questões da avaliação ética, realizando palestras e

oficinas, dirigidas a diferentes públicos da instituição. Foram relatados encontros periódicos com a comunidade, para tratar dos aspectos éticos da pesquisa, elucidar dúvidas dos pesquisadores, líderes de pesquisa, alunos das graduações que farão trabalho de conclusão de curso e alunos de pós-graduação, bem como em eventos internos com instâncias de gestão institucional, como pró-reitores, diretores e coordenadores de área de Ensino, Pesquisa e Extensão. Podemos considerar que essas atividades se enquadram no que está definido como “promoção da educação em ética em pesquisa envolvendo seres humanos”, como descrito no item 2.1, letra B, da Norma Operacional n.º 001 de 30 de setembro de 2013 do Sistema CEP/Conep (BRASIL, 2013b).

Dentre os pontos positivos destacados nessas atividades estão: a possibilidade de conhecer as especificidades de cada área, realizar troca de experiências, promover a aproximação e auxílio a colegas e pesquisadores, e esclarecer suas dúvidas. Também foi enfatizada a possibilidade das atividades educativas atuarem na sensibilização de pesquisadores e da comunidade acadêmica para a importância da avaliação ética das pesquisas com seres humanos, tendo como resultado o aumento das submissões ao sistema CEP/Conep. Esse aspecto é destacado no relato: “o ponto positivo é ver que nosso trabalho tem frutificado, pois a comunidade tem entendido a importância de se considerar os aspectos éticos na pesquisa com seres humanos” (P13).

Como dificuldade para a realização de atividades educativas na instituição, foi citada a distância entre os diversos *campi*, o que dificulta a participação da comunidade acadêmica. Uma alternativa sugerida foi a realização de eventos à distância, como videoconferências. Outro problema citado é a falta de reconhecimento dos pesquisadores à atuação do Comitê na instituição. Prevalece ainda a ideia de que a apreciação ética seria uma burocracia desnecessária, como destacado neste trecho:

A grande dificuldade é a aceitação dos pesquisadores sobre a atuação do CEP na instituição e lidar com as diversas críticas que surgem no processo. Por mais informações que coloquemos no site do CEP, vídeos informativos, e-mails e capacitações, a maioria das pessoas não lêem e não buscam as informações e já submetem as pesquisas e quando recebem a negativa somente criticam (P04).

Tal excerto reforça a preocupação em relação ao efetivo envolvimento da comunidade acadêmica e institucional com o sistema CEP/Conep. Mesmo havendo informações disponíveis, muitos pesquisadores não acessam o material compilado pelo CEP antes da submissão dos projetos e, quando buscam tais referências, preferem ter respostas prontas. Outra questão levantada é a importância de que as orientações cheguem efetivamente aos docentes e orientadores, o que é citado como um ponto negativo das atividades educativas, pois muitos “professores acreditam que os alunos deveriam fazer o curso, quando na realidade são eles que devem fazer para orientar os alunos e conseguirmos multiplicar a formação” (P27). Em estudo com docentes universitários foi evidenciado que “o conhecimento sobre a atuação do CEP se mostrou frágil e com lacunas” (COSTA *et al.*, 2012), reforçando a importância de se manter e ampliar o processo educativo na instituição.

Já as atividades educativas voltadas ao membro do CEP incluíram aquelas que ocorreram durante as próprias reuniões ordinárias ou em eventos específicos, na instituição ou em outros locais, visando à sua qualificação. Foi destacada a importância desses encontros, como espaços em que sempre há oportunidade de aprendizado, o que repercute na melhoria das atividades próprias dos membros, como a elaboração de pareceres. Nesta categoria emergem a participação em seminários regionais, encontros com CEPs de outras instituições, treinamentos oferecidos pela Conep e eventos científicos relacionados à ética em pesquisa.

Foi salientada a oportunidade de esclarecimento de dúvidas, bem como a constatação de que muitas delas são comuns a vários CEPs, a partir das vivências nesses encontros. A possibilidade de trocar experiências também foi um aspecto positivo desses espaços: “poder entrar em contato direto com membros da Conep e de outros CEPs para conversar sobre dúvidas e dificuldades” (P01).

No tocante às dificuldades relatadas, constam os empecilhos relacionados ao afastamento das atividades cotidianas da sua instituição para participar de um evento de capacitação externo. Por outro lado, foi destacado que as capacitações promovidas pela Conep não atingem a todos os membros, sendo esse um aspecto que limita o impacto dessas formações. Foi ainda citada a pequena quantidade de eventos e oportunidades de capacitação na área de ética em pesquisa, o que dificulta a formação dos membros, em especial no que tange às oportunidades de aprofundar a discussão sobre as metodologias de pesquisa e a aplicação objetiva das Resoluções. Essas observações coincidem com estudo realizado com CEPs brasileiros, onde as atividades educativas foram consideradas pouco frequentes ou inexistentes por 71,5% dos participantes da pesquisa (BARBOSA *et al.*, 2012).

Verifica-se, portanto, que os CEPs exercem, em diferentes níveis, as atividades educativas definidas na sua função. As ações voltadas aos membros se incorporam, predominantemente, à rotina das reuniões e encontros de CEPs. Já as atividades dirigidas ao público externo buscam contemplar as especificidades de cada instituição ou sede e costumam integrar-se a outros eventos de caráter acadêmico e/ou voltado à comunidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo foi compreender o papel educativo dos CEPs nos Institutos Federais, assim como a motivação dos membros para atuarem no Comitê e o seu processo de formação continuada. Foi possível verificar que a participação nessa comissão é motivada por dois aspectos principais: um que chamamos de “aprendente”, por caracterizar aquela pessoa que tem interesse pelas questões éticas e pelas normas ou que pode ter experiência prévia na área e quer aprender mais sobre esse tema. O outro aspecto motivador é o “vinculante”, aquele que faz o participante estar associado com a sua comunidade acadêmica, com o coletivo onde se insere o IF e seus *campi*, e o seu interesse em participar e repassar a temática para esses segmentos, a fim de se ter mais qualidade ética nas pesquisas.

Embora em muitas áreas se argumente que a ética da formação profissional é suficiente para que se possa proceder de maneira ética nas pesquisas, tal compreensão tem sido questionada nas condições atuais de produção científica, nas

quais se identificam casos onde aspectos de integridade e de ética das pesquisas são desrespeitados.

Assim como a avaliação científica das pesquisas foi sendo estruturada em comitês de avaliadores externos, ou num sistema de apreciação por pares (como ocorre nas revistas científicas), a apreciação ética das pesquisas com seres humanos também evoluiu para um sistema semelhante. As instâncias de avaliação ética são constituídas por membros externos à pesquisa, que ao revisarem o projeto podem identificar situações, como conflitos de interesse, eventuais riscos não considerados pelo pesquisador e outros elementos que requeiram alteração no desenho ou procedimentos do estudo. Da mesma forma que a avaliação científica, a avaliação ética realizada por pares constitui-se atualmente em um procedimento requerido por muitas instituições, financiadores e revistas científicas, como uma garantia de adequação às normas éticas e, em alguns casos, também legais.

Tais condições reforçam o entendimento do caráter dos CEPs enquanto espaços diferenciados nas instituições. Embora sejam grupos constituídos para atender a tarefas bem específicas (realizar a análise ética de projetos de pesquisa com seres humanos), a participação dos integrantes requer motivação e comprometimento com o tema de uma forma mais ampla, pois sua participação é voluntária. E sendo espaços interdisciplinares, favorecem a reflexão de um ponto de vista que pode superar as barreiras e limites das áreas de formação, com o suporte emocional necessário, como destacados por Morin (1973) e Maturana (1998). Se pensarmos em instituições acadêmicas que envolvem alunos, formam profissionais e congregam docentes, ter um espaço para a reflexão da ética em pesquisa é também contribuir para inserir esse tema no cotidiano da instituição. A ética em pesquisa se relaciona com o fazer profissional e isso a inclui na formação geral daquele trabalhador. Muitas das situações que resultam em procedimentos inadequados na prática de pesquisa não são necessariamente intencionais ou de má-fé, mas podem resultar do fato de os alunos e pesquisadores simplesmente desconhecerem ou nunca terem pensado seriamente a respeito de uma questão ética na sua pesquisa. Nesse sentido, a educação em ética em pesquisa contribui para auxiliar a lidar com os dilemas éticos que surgem na vida profissional e na pesquisa e são temas que podem e devem ter espaço de discussão no ambiente acadêmico. Nesse sentido, reforçamos o entendimento trazido por Mainardes (2017), quando destaca que a ética em pesquisa precisa ser entendida como um “problema de formação”, a ser trabalhada com alunos na graduação e pós-graduação, debatida nos grupos de pesquisa e nos demais espaços de formação e divulgação dos resultados de estudos.

É nessa reflexão que consideramos que uma das instâncias com atribuição para esse tema é justamente o Comitê de Ética em Pesquisa, cuja função educativa se reflete tanto na formação dos seus próprios integrantes, quanto para os pesquisadores na instituição onde se insere.

Neste estudo, vimos que a formação desse integrante do CEP é um processo gradual, com inserção gradativa do profissional no espaço de discussão ética. Por um lado, ele vai, individualmente adquirindo as ferramentas para a sua atividade, e por outro lado, de forma coletiva, no espaço de reuniões, encontros e eventos, tem oportunidade de ampliar seu conhecimento com os debates e discussões realizados.

Assim, é possível concluir que para o membro de CEP, a formação continuada em ética em pesquisa deve contemplar essas duas condições, com materiais

educativos que permitam a leitura ou a assistência (quando for audiovisual) em um momento “individual”, assim como condições que favoreçam a interlocução, a troca de ideias e esclarecimento de dúvidas entre os participantes, em um momento “coletivo”.

Tais considerações pretendem contribuir para o aprimoramento do atual sistema de apreciação ética das pesquisas com seres humanos e para que se superem os aspectos meramente normativos, burocráticos e formalistas da atuação dos Comitês de Ética em Pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. M. L. Formação de docentes para a Educação Profissional e Tecnológica: por uma pedagogia integradora da Educação Profissional. **Trabalho & Educação**, v. 17, n. 2, p. 53–63, 2008.
- BARBOSA, A. S.; BOERY, R.N.S.O.; BOERY, E.N.; FERRARI, M.R. Desenvolvimento da dimensão educacional dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs). **Acta Bioethica**, v. 18, n. 1, p. 83–91, jun. 2012.
- BENDATI, M. M.; ZUCOLOTTO, A. M. **Os Comitês de Ética em Pesquisa nos Institutos Federais**. In: 3 SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO IFRS, 2018, Bento Gonçalves. **Anais [...]**, Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018, v. 3, p. 01-09. Disponível em: [https://eventos.ifrs.edu.br/index.php/Salao\\_IFRS/SPG2018/paper/viewFile/5674/1766](https://eventos.ifrs.edu.br/index.php/Salao_IFRS/SPG2018/paper/viewFile/5674/1766). Acesso em: 20 mar. 2019.
- BENDATI, M.M.A.; ZUCOLOTTO, A.M. Sequência didática para a discussão em ética em pesquisa com seres humanos: A Resolução CNS n.º 510/2016 para as Ciências Humanas e Sociais. Repositório EDUCapes. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553824>. Acesso em: 24 jun 2020.
- BRASIL. **Resolução n. 196 de 10 de outubro de 1996**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196\\_10\\_10\\_1996.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html). Acesso em: 26 jul. 2019.
- BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 02 ago. 2019.
- BRASIL. Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 12, p. 59, 13 jun. 2013a. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2019.
- BRASIL. Norma Operacional CNS n.º 001/2013. Ministério da Saude, Conselho Nacional de Saúde, Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMASRESO>

LUCOES/Norma\_Operacional\_n\_001/2013\_Procedimento\_Submisso\_de\_Projeto.pdf. Acesso em: 02 ago. 2019.

BRASIL. Resolução n. 2 de 1º de julho de 2015. Define as diretrizes curriculares nacionais. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 01 ago. 2019.

CARDOSO, M.; FERREIRA, R. Educação continuada ou permanente: objetivo comum predominando especificidades frente ao processo ensino-aprendizagem. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 5, n. 3, p. 126–136, 2014.

CASTAMAN, A. S.; VIEIRA, J. A. Organização e gestão escolar da educação profissional e tecnológica: concepções, princípios e participação. In: VIEIRA, J.A.; CASTAMAN, A. S. (Eds.). **Gestão da educação profissional e tecnológica: elementos para reflexão**. 1a. ed. Curitiba: Editora CRV Ltda., 2018. p. 35–48.

CASTRO, M. M. C.; AMORIM, R. M. A. A formação inicial e a continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço de formação permanente de vida. **Cadernos CEDES**, v. 35, n. 95, p. 37–55, abr. 2015.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, p. 1–20, 2005.

COSTA, G. M. C.; CARTAXO, R. O.; BARBOSA, M. L.; CELINO, S. D. M. Conhecimento de docentes universitários sobre a atuação do comitê de ética em pesquisa. **Revista Bioética**, v. 20, n. 3, p. 468–478, 20 dez. 2012.

FREITAS, C. B. D.; HOSSNE, W. S. O papel dos Comitês de Ética em Pesquisa na proteção do ser humano. **Revista Bioética**, v. 10, n. 2, p. 129–146, 3 nov. 2002.

FREITAS, R. C. O.; BARREIRO, C. B.; FRANCO, F. S. C.; MURTA, R.; SOUZA, R.R. O mestrado profissional em educação profissional e tecnológica em rede nacional: considerações preliminares. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, 16 out. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. p. 264.

HARDY, E.; BENTO, S. F.; OSIS, M. J. D.; HEBLING, E. M. Comitês de Ética em Pesquisa: adequação à Resolução 196/96. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 50, n. 4, p. 457–462, 2004.

JÁCOME, M. Q. D.; ARAUJO, T. C. C. F. Concepções de membros de comitês de ética em pesquisa acerca do processo de avaliação. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 10, n. 2, p. 392–411, 21 dez. 2018.

JÁCOME, M. Q. D.; ARAÚJO, T. C. C. F.; GARRAFA, V. Comitês de ética em pesquisa no Brasil: estudo com coordenadores. **Revista Bioética**, v. 25, n. 1, p. 61–71, 2017.

LEFFA, V. J. Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras. In: **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. Pelotas: 2001. p. 333–355.

MAINARDES, J. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS no 510/2016. **Educação**, v. 40, n. 2, p. 160–173, 30 ago. 2017.

- MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. 4a. reimpr. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, S.F.; NETO, O.C.; GOMES, R.; MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
- MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 9, n. 2, p. 191–211, 2009.
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas. **Ciência e Educação**, v. 12, n. 1, p. 117–128, 2006.
- MORIN, E. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 4. ed. Portugal: Publicações Europa-América Ltda., 1973.
- MOURA, D. H. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 23, 2016.
- NOSELLA, P. Ética e pesquisa. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 102, p. 255–273, abr. 2008.
- OLIVEIRA, J. A. G.; BONAMIGO, E. L.; SCHLEMPER JUNIOR, B. R. Perfil dos integrantes dos Comitês de Ética em Pesquisa em Seres Humanos no Estado de Santa Catarina, Brasil. **Bioethikos**, Centro Universitário São Camilo, v. 7, n. 2, p. 129–138, 2013.
- RAMOS, M. N. O estudo de saberes profissionais na perspectiva etnográfica: contribuição teórico-metodológica. **Educação em Revista**, p. 105–125, 2014.
- RIOS, T. A. A ética na pesquisa e a epistemologia do pesquisador. **Psicologia em Revista**, v. 12, n. 19, p. 80–86, 2006. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/245> Acesso: 04 set. 2019.
- SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152–180, 2007.
- SCHRAMM, F. R. A moralidade da prática de pesquisa nas ciências sociais: aspectos epistemológicos e bioéticos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 773–784, set. 2004.
- SILVA, J. M. Pensar a vida, viver o pensamento. *In*: **As duas globalizações: complexidade e comunicação uma pedagogia do presente**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, EDIPUCRS, 2007. p. 85.
- TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. jan/fev/mar/abr, p. 5–24, 2000.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.
- ZUCOLOTTO, A. M. **Possibilidades de constituição do educador em química**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, PUCRS, Porto Alegre, 2010.